

Sumário

Prefácio	
Toshio Mukai.....	15

Introdução	17
------------------	----

Parte I - Teoria

Capítulo 1

Direitos humanos	23
1.1 Direitos humanos no Estado Liberal	24
1.2 Direitos humanos no Estado Social	25
1.2.1 Direito à moradia na Constituição mexicana.....	26
1.2.2 Direito à moradia na Constituição de Weimar	27
1.2.3 As promessas do Estado Social	27
1.2.4 A crise do positivismo e o retorno aos valores	29
1.3 Da importância dos princípios no Direito Contemporâneo	31

Capítulo 2

A moradia digna nos tratados internacionais	35
---	----

Capítulo 3

A moradia digna no Estado Democrático brasileiro	41
3.1 Valores e objetivos fundamentais	42
3.2 Cláusulas pétreas e os direitos sociais	43
3.2.1 O conteúdo mínimo do direito à dignidade.....	45
3.2.1.1 Direito à moradia como conteúdo mínimo.....	50
3.3 Direito à moradia na Constituição brasileira	51

Capítulo 4

A falta de acesso à moradia digna na realidade brasileira.....	55
--	----

Capítulo 5

Função sócio-ambiental da propriedade.....	61
5.1 Evolução jurídica da propriedade privada	61
5.1.1 Críticas à propriedade liberal.....	62

5.2	Função social da propriedade	64
5.2.1	A função social da propriedade pública.....	69

Capítulo 6

O papel das políticas públicas municipais na concretização do direito à moradia digna		75
6.1	O dever constitucional de planejamento das políticas públicas	76
6.2	O planejamento no Estatuto da Cidade.....	79
6.3	Gestão democrática e participação popular.....	82
6.3.1	Negativa do direito de participação popular no Plano Diretor	86
6.4	Plano Diretor Municipal e o acesso à moradia digna.....	87
6.4.1	Instrumentos urbanísticos.....	88
6.4.1.1	Zonas de Especial Interesse Social	88
6.4.1.2	Concessão de direito real de uso	90
6.4.1.3	Concessão de direito real de uso especial para fins de moradia.....	92
6.4.1.4	Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	94
6.4.1.5	Desapropriação com títulos da dívida pública.....	96
6.4.1.6	Usucapião especial e coletivo de imóvel urbano	98
6.4.1.7	Solo Criado.....	100
6.4.1.8	Direito de Preempção	108

Capítulo 7

A sustentabilidade das políticas públicas e a interdependência dos direitos fundamentais.....		109
---	--	-----

Capítulo 8

O direito à moradia digna como fator de inclusão social.....		113
--	--	-----

Capítulo 9

A Regularização Fundiária Sustentável.....		117
--	--	-----

Capítulo 10

Normas federais de parcelamento do solo urbano.....		127
10.1	Alterações efetuadas pela Lei nº 9.785/99 à Lei nº 6.766/79.....	131
10.1.1	As modificações efetuadas na Lei nº 6.015/73 em favor do acesso à regularização.....	135
10.1.2	O Projeto de Lei nº 3.057/2000 e Projeto de Lei 20/2007 - Nova Lei de Parcelamento do Solo Urbano.....	137

Parte II - Aspectos Práticos

Capítulo 11

Plano integrado de intervenção em área de exclusão urbana	149
11.1 Importância da integração	159
11.2 Mobilização social e promoção humana	160
11.3 Regularização urbana e ambiental	161

Capítulo 12

Regularização jurídica do solo	163
12.1 Loteamentos irregulares	164
12.2 Loteamentos clandestinos	164
12.3 Assentamentos espontâneos	165
12.4 Formas de estímulo à regularização	165
12.5 Da regularização de áreas públicas	166
12.6 Regularização de áreas privadas	175
12.7 Principais etapas do processo de regularização fundiária	175

Capítulo 13

Aspectos práticos da concretização do direito à moradia em programas habitacionais específicos	179
13.1 Das diretrizes fixadas em lei para o plano de habitação de interesse social	180
13.1.1 Conselho Municipal de Habitação	183

Capítulo 14

Habitar Vitória	185
14.1 Programa Moradia	188
14.1.1 Regras gerais	188
14.1.1.1 Do valor do contrato e da prestação	189
14.1.1.2 Da dispensa do pagamento de resíduo e forma de correção do saldo devedor	189
14.1.1.3 Da suspensão do pagamento em caso de desemprego, óbito, doença grave ou situação social especial	190
14.1.1.4 Da sucessão	191
14.1.1.4.1 Da sucessão regular por ato inter vivos	192
14.1.1.4.2 Das transferências irregulares	195
14.1.1.4.3 Da sucessão hereditária	196
14.1.2 Projetos específicos do Programa Moradia	196
14.1.2.1 Produção de unidades habitacionais	196

14.1.2.1.1	Critérios de cadastramento	197
14.1.2.1.2	Critérios de elegibilidade	198
14.1.2.2	Disponibilização de unidades habitacionais.....	199
14.1.2.3	Reconstrução.....	201
14.1.2.4	Acesso ao Crédito Construtivo	203
14.2	Vitória de Todas as Cores	205
14.3	Terreno Legal.....	206
14.4	Morar no Centro.....	212
14.5	Morar Sem Risco	213
14.5.1	Requisitos gerais.....	214
14.5.1.1	Requisitos especiais	214
14.5.2	Auxílio Reforma	215
14.5.3	Auxílio Moradia	216
14.5.4	Bolsa Moradia	218
Referências		221

ANEXOS

ANEXO A	Lei nº 6.592	237
ANEXO B	Lei nº 5.823	249
ANEXO C	Decreto nº 12.832 - Regulamenta o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS	271
ANEXO D	Decreto nº 12.856 - Designa membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS	277
ANEXO E	Anexo da Resolução CMHIS nº 01/2003 - Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.....	281